

MARTE-VIÇA

Director: VICTOR SOUSA

SEMANÁRIO

ANO II — N.º 70 — Preço 3\$50 — 10/11/77

DE SEMANA A SEMANA QUE NOS TRAZ O F. M. I. ?

Os jornais têm anunciado que se encontra entre nós uma delegação do Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) para negociar com o Governo português as medidas de política económica que este terá de promulgar para que aquela instituição dê o seu acordo ao chamado «grande empréstimo» que um grupo de países capitalistas está na disposição de conceder ao nosso país.

Torna-se assim claro aos olhos de todos nós que o grande empréstimo de 750 milhões de dólares será, afinal, concretizado após a aceitação pelo Governo português das condições políticas impostas pelo F.M.I. que, como se sabe, é dominado pelos grandes países capitalistas, nomeadamente pelos E. U. A.

Muito embora as negociações estejam ainda a decorrer e, por conseguinte, sejam desconhecidas as conclusões a que se chegará, o assunto reveste-se de tal importância para as condições de vida futuras dos trabalhadores portugueses que nos pareceu útil abordar desde já o problema.

Sabe-se que a crise económica que o País atravessa apresenta como sintomas mais visíveis: o desemprego (cerca de 500.000 activos desempregados, para além do problema do subemprego); a subida persistente dos preços e a inerente descida do nível de vida (a um ritmo superior a 30%, este ano); a subutilização da capacidade produtiva da generalidade das fábricas; o baixo nível de investimento;

a quase estagnação da produção nacional; e o grave desequilíbrio das contas com os países estrangeiros — balança de pagamentos (de Janeiro a Agosto deste ano, as importações de mercadorias excederam as exportações em cerca de 70 milhões de contos!).

Não nos ocuparemos agora das causas que geraram a crise económica (poderá ser tema a abordar noutro artigo). Interessa-nos, isso sim, analisar as perspectivas que poderão abrir-se em ordem à sua superação.

A resolução progressiva da crise poderá, teoricamente, ser conseguida através da aplicação de diferentes políticas económicas. Há quem sustente que uma dessas políticas é a

continua na página 4

PARQUE INFANTIL ONDE?

Num cartaz que ficou famoso como representando o espírito do 25 de Abril, pode ver-se uma criança segurando um cravo enfiado numa espingarda. Assim, a criança surgiu, desde o início, ligada ao que de mais esperançoso nos trouxe aquela madrugada, simbolizando ela própria o futuro novo a construir.

Futuro em que tudo se deveria fazer para restituir às crianças deste país o direito a uma vida feliz. Muito se falou disso, algumas tentativas surgiram, mas, quando olhamos para trás, vemos que o saldo está bem longe de ser positivo. Talvez porque o tal futuro parece afastar-se cada vez mais...

A falta de creches, infantários e outras instalações de apoio à infância é uma realidade com que deparamos diariamente pelas ruas de todo o País, já que as ruas continuam a ser o substituto daqueles. O desenvolvimento harmonioso, físico e psicológico, das nossas crianças continua comprometido face a uma escolaridade básica cada vez mais disposta a regressar ao comodismo e à rotina, aos vícios e erros de antigamente, perante a inexistência de organismos dinâmicos a orientarem a sua actividade para a formação integral da criança, vítima, também ela, das dificuldades económicas e culturais que afectam a sua família.

E o mais grave é a ausência de uma política global virada para a alteração gradual de tal estado de coisas. A criança, em quem qualquer país preocupado com o seu futuro mais tem que investir, continua a ser apenas tolerada, no fundamental ignorada dos grandes planos nacionais e das instituições de poder local.

Tudo isto a propósito da notícia, já publicada por nós, de que o Lions Club está disposto a construir um parque infantil num local a definir no concelho de Espinho. É evidente para todos a inexistência de instalações desse género, num concelho onde as crianças constituem parte substancial da população.

continua na página 2

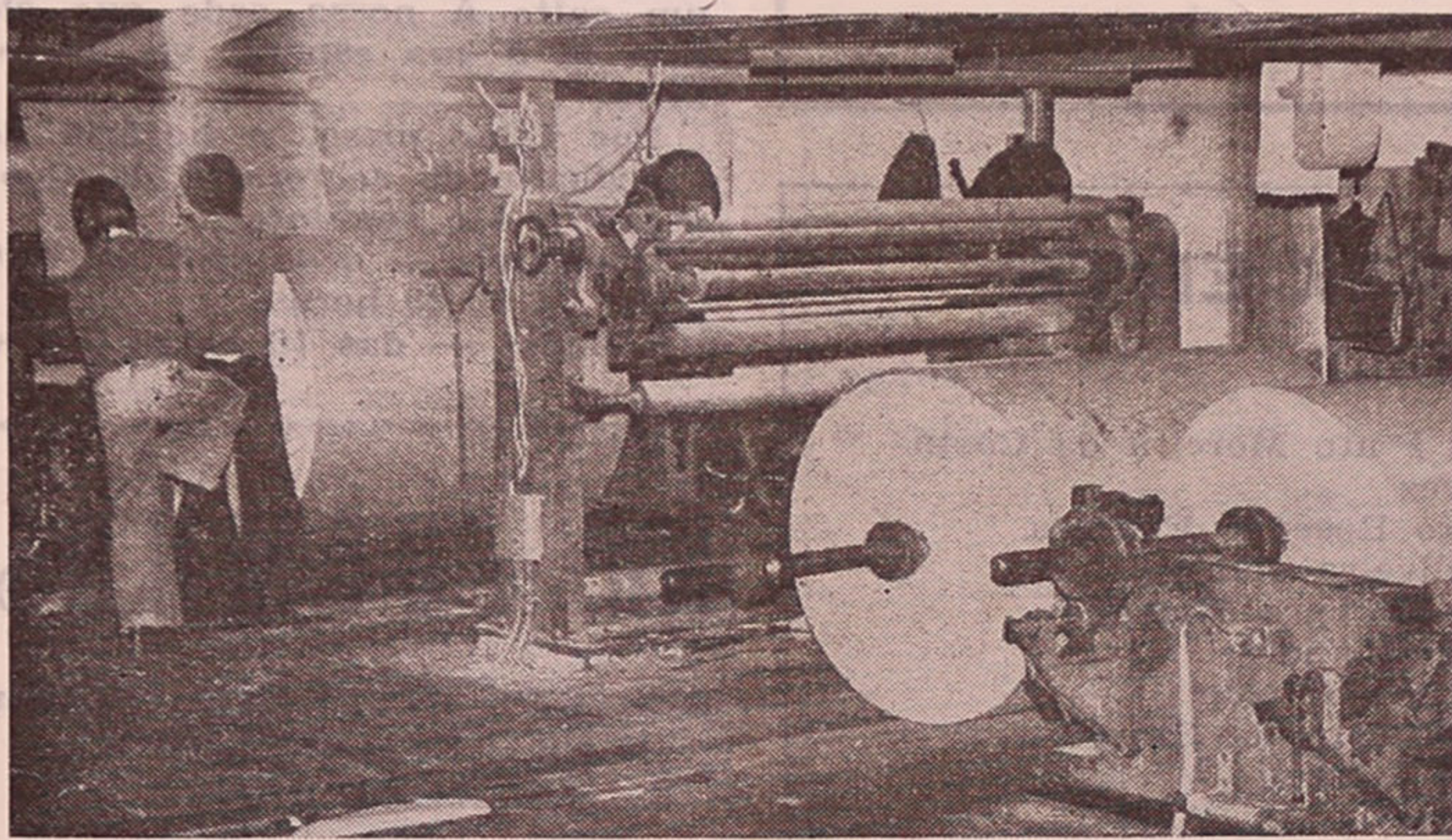
PAPÉIS VOUGA

— Trabalhadores perto da vitória

Muita coisa mudou na Sociedade Transformadora de Papéis Vouga, em Oleiros, desde Agosto do ano passado, quando então falámos com a Comissão de Trabalhadores desta empresa. Duma situação quase ruínosa que punha em risco a manutenção de cerca de 400 postos de trabalho, passou-se para uma estabilidade económica como a Vouga nunca teve e para uma fase de recuperação financeira que os tempos difíceis ainda recentes não faziam prever.

A acção dos trabalhadores foi decisiva para que a empresa fosse libertada das mãos dos incompetentes e sabotadores que a reconduziam para o caos económico e financeiro. Aqui coube naturalmente um papel especialmente importante ao órgão representativo dos trabalhadores — a Comissão de Trabalhadores — que se aprestou a explicar-nos o que se tinha passado desde a nossa outra entrevista até aos tempos actuais de confiança e unidade.

Aliás, e ainda antes de iniciarmos a nossa troca de impressões com a C. T. pudemos dar uma



UMA PRODUÇÃO COMO NUNCA HOUVE

pequena volta pelas instalações e apercebermo-nos de alguns sintomas evidentes da saúde da empresa: o elevado «stock» de matéria-prima (cerca de seis mil contos, disseram-nos) e o número infindável de caixas em armazém, prontas para a expedição.

Recorde-se entretanto o que se

passou na Papéis Vouga desde Julho de 1975, quando o ex-patrão Manuel Couto abandonou a empresa, deixando-a numa situação bastante grave. Reunidos em plenário, os trabalhadores acharam solução para a continuação da empresa, entrando-se em regime

continua na página 4



LEIA NA PÁGINA CINCO

UM TEATRO PARA TODOS



NOTÍCIAS

Reunião da Câmara

No passado sábado realizou-se mais uma reunião do executivo da Câmara em que, de entre outras coisas se decidiu autorizar que, na altura do Natal, o encerramento do comércio se processe às 24 horas e atribuir uma saudação à Comissão da Tómbola do Sporting Clube de Espinho pelo seu trabalho em prol do desporto.

De especial importância, na nossa opinião, foi o debate que se gerou acerca de alguns pedidos de realização de obras. Esta questão encontra-se intimamente ligada com a falta de habitação em Espinho e isto porque começam a surgir casos cuja apreciação exige um critério global. Embora

sem se ter pretendido chegar a conclusões definitivas, a discussão aconteceu e foram lançadas algumas ideias. Pensou-se, por exemplo em criar zonas bem demarcadas de construção a nordeste da cidade visando um melhor aproveitamento urbano e preservar os pinhais que ainda existem. Segundo o presidente do executivo a dificuldade principal por que passa esta solução se for entendida num prazo mais ou menos curto é o facto de ela necessitar de um estudo profundo e de aqui surgir a velha questão da falta de material humano disponível, actualmente ocupado com os projectos em curso.

AGRADECIMENTO

Edite Pinto Pais Moreira da Costa

A família vem por este ÚNICO MEIO agradecer a todos quantos manifestaram a sua amizade e solidariedade no momento doloroso porque passaram.

RIFAS DA NASCENTE

Extracção de 3.11.77

085	1.000\$00	António Manuel Pinto Moreira da Costa
185	100\$00	Margarida Chaves
285	100\$00	Fernando Alberto Resende Fonseca
385	100\$00	Estela Maria Oliveira Canelas
485	100\$00	Maria Fernanda Oliveira Simões
585	100\$00	Manuel Gomes Fernandes
685	100\$00	Abílio Teixeira de Almeida
785	100\$00	José Fernando Ribeiro da Silva
885	100\$00	Joaquim Ferreira Loureiro
985	100\$00	Ana Maria Viseu

MARÉ VIVA

SEMANARIO

Director :
VICTOR SOUSA

Redacção :
RUA 62 N.º 251 - 1.º
TEL. 921621 — ESPINHO

Propriedade :
NASCENTE — COOPERATIVA DE ACÇÃO CULTURAL, S. C. R. L.

Fizeram este número :
Albertino Pinheiro, Agostinho Chaves, Ana Maria, Antero Monteiro, António Leira, António Santos, Dário Capela, Eugénio de Morais, Fausto Neves, João Barrosa, Joaquim Fidalgo, Manuel Loureiro, Morais Gaio e Victor Sousa.

Colaboração especial :
Alberto Barbosa (Beka)

Composição e impressão :
TIPOGRAFIA MENESES — COOPERATIVA GRAFICA DE ESPINHO, S. C. R. L.
RUA 14 N.º 903 — TELEF. 921016

PARQUE INFANTIL ONDE ?

continuação da página 1

Alás, esta situação não afecta só as crianças, mas sim toda a população, bem pouco fornecida de locais onde possa passar os tempos livres de forma saudável.

É preciso, pois, que se avance rapidamente no aproveitamento desta possibilidade de construção de um novo parque infantil, complementando assim os melhoramentos no infantário do IOS na Marinha e a construção do novo infantário junto ao hospital. Neste momento os serviços técnicos da Câmara procedem à escolha de terreno onde será implantado o parque. Espera-se que sejam vários os factores a considerar nessa escolha, nomeadamente as zonas populacionais mais carecidas e a localização próxima de uma área habitacional significativa, e que os vereadores analisem conscientemente a questão, incluindo as características do parque e a sua mais correcta utilização. Isto porque posições como a de um vereador que se mostrava contrário à implantação do parque infantil em determinada zona argumentando que os miúdos dariam cabo de tudo não nos parecem lúcidas.

Quotas para CINANIMA

Devem os amigos sócios da Nascente regularizar a sua quotização para poderem usufruir dos descontos a que têm direito para as entradas nas sessões do Cinanima.

A quota exigida é a de Outubro e, é claro, vai ser preciso mostrar o cartão de sócio à entrada. Se ainda não o tem, e já entregou a sua fotografia, só tem que dar um salto à nossa sede que ele está lá à sua espera, via secretaria.

Por falar nisso, o horário de expediente da secretaria da Cooperativa é o seguinte :

Dias úteis — das 18,30 às 19,30 e das 22 às 23 horas.

Sábados — das 16 às 18 horas.

No «DOMUS»

DESPEJO INVULGAR LANÇA 8 TRABALHADORES NO DESEMPREGO

Encerrou há pouco tempo as suas portas ao público o supermercado cooperativo «Domus». As razões de tal acontecimento encontram-se no facto de a UNICOOP, rede cooperativa a que pertence o supermercado, não ter pago os últimos meses de aluguer do mobiliário. O proprietário, o sr. Violas, prontificou-se a cumprir a cláusula do contrato que lhe permitia retirar o mobiliário em caso de atraso de pagamento e o resultado está à vista: 8 trabalhadores no desemprego, a população da zona prejudicada e uma derrota para o sector cooperativo. Ao que parece grande parte da responsabilidade caberá ao governo que, recusou o apoio necessário à UNICOOP, levando-a ao actual estado financeiro.



S. PEDRO

Dia 10, Quinta-feira

«O Último Beijo»

M/ 13 anos

Das fitas de «côbois» para um melodrama pior que mau é mudança acentuada para Peter Lee Lawrence. Que continue aos tiros e que se deixe de historietas com «enredo» é o que a ele, para seu bem, recomendamos. Uma pessegada.

Dia 11, Sexta-feira

«Assassino ao Telefone»

M/ 18 anos

Um razoável argumento e um elenco que não é de desprezar, entregues nas mãos inábeis de Albertino de Martino, realizador sem história, ainda por cima com pretensões. Conclusão: «Dá Deus nozes...»

Dia 12, Sábado

«Operação Selvagem»

M/ 18 anos

Fita exemplar de anticomunismo grosseiro e primário, digna mesmo dos tempos «aureos» da guerra-fria. Aqui «eles» não comem crianças, mas pouco falta. De fugir.

Dia 13, Domingo

«Xica da Silva»

M/ 13 anos

Excelente amostra de bom cinema que ainda se faz pelo Brasil dos «coroneis e generais», é um atributo, entre outros, deste filme de Carlos Diegues que, através de uma história de amor, denuncia a opressão sofrida pelo seu povo durante o período colonial. Sem dúvida, o melhor do mês.

Dia 15, Terça-feira

«A Vingança é o Meu Destino»

M/ 18 anos

A denuncia dos maus filmes é o nosso.



farmácias

QUINTA - Farmácia Higiene
Rua 19 n.º 393 — Tel. 920320

SEXTA - Grande Farmácia
Rua 62 n.º 457 — Tel. 920092

SÁBADO - Farmácia Teixeira
Rua 19 n.º 46 — Tel. 920352

DOMINGO - Farmácia Santos
Rua 19 n.º 263 — Tel. 920331

SEGUNDA - Farmácia Paiva
Rua 19 n.º 319 — Tel. 920250

TERÇA - Farmácia Higiene
Rua 19 n.º 393 — Tel. 920320

QUARTA - Grande Farmácia
Rua 62 n.º 457 — Tel. 920092

MARÉ VIVA

INTERESSA A TODOS



da
REGIÃO

Nogueira da Regedoura

Um último esforço

Alertada pelo nosso jornal de 15 de Outubro e sobretudo por um comunicado distribuído por um grupo de nogueirenses, a população de Nogueira tomou consciência plena de que, se não se movimentasse, o corte pela auto-estrada da estrada que liga o Souto a Pousadela seria inevitável.

A Junta de Freguesia apercebeu-se de que não poderia continuar a trabalhar sem dar contas à população do que se passava. Enquanto a Assembleia de Freguesia aprovava finalmente o seu regimento, o referido grupo de cidadãos solicitou à Junta que convocasse uma reunião da Assembleia de Freguesia onde a população poderia tomar conhecimento do que se passava quanto ao corte da estrada e tomar as iniciativas necessárias para o evitar.

Com uma assistência muito numerosa, esta primeira Assembleia de Freguesia, realizada no dia 22, acabou por ser marcada por incidentes lamentáveis com agressões mesmo a um dos elementos da Junta. Serenados um pouco os ânimos foi entretanto possível formar logo ali uma Comissão encarregada de efectuar todas as diligências necessárias e integrando elementos da Junta, da Assembleia de Freguesia e pessoas da população que se ofereceram.

Esta comissão contactou imediatamente a Brisa, tendo um dos engenheiros responsáveis por esta empresa construtora da auto-estrada declarado que estava convencido de que a estrada Souto-Pousadela não estava classificada e que por isso não haveria lugar à construção dum pontão. Depois de algumas averiguações, foi possível chegar a uma outra conclusão: a estrada é municipal e está classificada como tal nos registos. Iniciaram-se imediatamente diligências junto dos organismos oficiais com interferência no processo, com envio de telexes, e foi decidido esperar uma resposta até à passada segunda-feira.

De tudo isto foi dado conhecimento à população numa segunda sessão da Assembleia de Freguesia, realizada no dia 28, e que já decorreu com toda a calma e correcção, fazendo crer que já terão passado os tempos de indisposição da população contra os seus órgãos locais.

Com o novo clima de colaboração criado, parecem estar criadas condições para que Nogueira da Regedoura tenha agora uma capacidade de resposta e iniciativa que poderá ainda obstar ao corte da estrada, que já parecia inevitável. A confirmá-lo o facto de ter sido decidido intensificar as

Presidente da Câmara da Feira

saneia elemento da Ass. de Freguesia de Oleiros

Um ofício endereçado pelo Presidente da Câmara da Feira ao Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Paio de Oleiros faz substituir, sem mais aquelas, um dos membros do P. S., eleito pelo povo, pelo candidato imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista.

Fundamentação legal apresentada: «o mesmo ser funcionário dos Serviços Municipalizados da Feira».

O caso data de Fevereiro último. E a substituição tornou-se, entretanto, efectiva. Como se tudo fosse a coisa mais natural deste mundo...

Supomos que, em nenhuma das sessões da A. F., realizadas desde essa altura, tenha sido dada ou solicitada qualquer explicação para a presença de um outro elemento em substituição do que ocupou o lugar inicialmente.

Não transpareceu, ao que parece, o mais leve indício de estranheza, nem sequer por parte dos seus camaradas de partido, também membros da A. F. e da própria Junta.

Como se a «marosca» não constituisse novidade... Como se aquilo tivesse sido planeado e o melhor fosse o silêncio... para não alertar.

SILVALDE

Jornal da Freguesia

A população de Silvalde passa a contar com um jornal da Freguesia, editado pelo Serviço Autónomo de Jornalismo da Junta de Silvalde. O «Porta Voz» que agora aparece como mensário explica em editorial as razões do seu aparecimento, propondo-se informar a população silvaldense do que se passa a nível da freguesia e defender os interesses dessa mesma população.

«Maré Viva» saúda o aparecimento de «Porta Voz» e espera que estes objectivos sejam conseguidos, para o que será indispensável a regularidade da sua publicação, o que tem sido difícil noutros jornais feitos nas mesmas difíceis circunstâncias.

Agradecemos o exemplar que nos enviaram e cá ficamos à espera dos que se seguirão no dia 1 de cada mês.

diligências junto dos organismos oficiais e da própria Brisa, com contactos pessoais em Lisboa, se necessário, caso as respostas aos telexes não tenham surgido até à passada segunda-feira.

Ignoramos o que se terá passado, pois a nossa edição estará pronta antes dessa data. De qualquer modo, esperamos que os esforços dos nogueirenses venham a ser coroados de êxito, o que a não verificar-se trará grandes prejuízos à população de Nogueira e marcará muito negativamente o mandato da Junta e Assembleia de Freguesia com um insucesso de que não poderão alijar responsabilidades.

A ILEGALIDADE

Um saneamento nestes termos é algo que sobressai de imediato como atentado contra a legalidade e a democracia. Fundamentando-se em bases falsas, pontapeia a lei e a vontade da população que elegeu o candidato agora afastado. É a vontade de um presidente que se sobrepõe à vontade popular. Tanto mais que exorbita das suas atribuições.

Primeiro, porque só ao juiz do tribunal da comarca e antes das eleições competiria avaliar da regularidade ou irregularidade do processo de candidatura e rejeitar, se fosse caso disso, o candidato considerado inelegível.

Depois, porque nem mesmo na hipótese de, após a eleição, o candidato ser colocado em situação que o tornasse inelegível, nenhuma decisão caberia ao Presidente da Câmara sem que antes a própria Assembleia de Freguesia deliberasse sobre o assunto.

Além do mais, bastaria consultar o Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 701-B/76, de 29 de Setembro de 1976, para verificar, sem custo, que ser funcionário dos Serviços Municipalizados não é factor de inelegibilidade constante dos que aí são legislados.

Abuso do poder? Incompetência? A vontade do freguês...

PERSEGUIÇÃO IDEOLÓGICA

Confessamos que não é fácil encontrar fortes razões para que o elemento do P. S. agora saneado fosse menos querido que os seus camaradas da Assembleia ou da Junta de Freguesia. De uma actuação prudente e equilibrado nas suas intervenções, que não puderam ser muitas, dado o seu precoce afastamento compulsivo, teve

mandatos nas autarquias locais, inclusivé em Oleiros, desencantar uma razão destas para concretizar um saneamento ou é perseguição de ordem ideológica ou é distracção!

E AGORA ?

S. Paio de Oleiros... lá onde se somam os atentados à liberdade, à democracia, à Constituição...

S. Paio de Oleiros... lá onde, por outro lado, engrossam as fileiras dos que lutam pela Justiça, lá onde quem pretender fazer parar o crescimento de um povo, cada vez mais adulto, recebe como resposta um coro idêntico ao que se gritou na Ilhéus da televisiva «Gabriela». — Não pára! Não pára!

Desta vez, mais uma prova de livre-arbitrio, de uso desregrado da autoridade, de atropelo ao querer colectivo.

Será que se pretende rectificar o erro ou preferem-se a resposta adequada do povo de S. Paio de Oleiros ?

Decreto-Lei n.º 701-B/76
de 29-9-1976

ARTIGO 4.º (Inelegibilidade)

1. Não podem ser eleitos para os órgãos do poder local:

- Os magistrados judiciais e do Ministério Público, os funcionários de justiça, os funcionários de finanças com funções de chefia, os membros das forças militares e militarizadas e forças de segurança quando em efectividade de serviço e os ministros de qualquer religião ou culto com poderes de jurisdição na área da autarquia;
- Os concessionários ou peti-

Em virtude de ter sido indicado Armondo Alves de Ataíde, para membro dessa Assembleia de Freguesia, e por o mesmo ser funcionário dos Serviços Municipalizados da Feira, cumpre-me informar que o cidadão que o substituirá é Fulgêncio da Rocha Brandão.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA CAMARA,

(AURELIO GONCALVES PINHEIRO)

O OFÍCIO DA CAMARA DA FEIRA À ASSEMBLEIA DE OLEIROS — O ABUSO DO PODER EM DOCUMENTO

apenas algumas oportunidades de se afirmar a favor do crescimento e progresso da população oleirense.

Será que temeram essa amostra de interesse pelos assuntos do seu povo ?

Quando ainda hoje nenhuns problemas foram levantados a um elemento do P. P. D. também membro de um órgão do poder local, que trabalha ao lado deste nos Serviços Municipalizados da Feira; quando há imensos casos de funcionários do Estado com

concessionários de concessão de serviços da autarquia respectiva;

- Os agentes e funcionários da autarquia respectiva;
- Os falidos e insolventes, salvo se reabilitados;
- Os devedores em mora da autarquia e respectivos fiadores;
- Os membros dos corpos oficiais e os gerentes de sociedades, bem como os proprietários de empresas que tenham contrato com a autarquia não integralmente cumprido ou de execução continuada.

TRABALHO

PAPÉIS VOUGA

— Trabalhadores perto da vitória

de cogestão com a Comissão de Trabalhadores e o sócio minoritário Augusto Couto, irmão do ex-patrão. Entrou-se num período de recuperação, que acabou por ser interrompido com o regresso do ex-patrão a Portugal. As tentativas que fez para reentrar na empresa encontraram o apoio de meia dúzia de privilegiados, que chegaram ao ponto de provocar uma greve contra todos os restantes trabalhadores. Foi então que o Governo interveio (isto em Fevereiro de 1976), confiando a gerência a Augusto Couto e a Fernando Lima também muito ligado ao ex-patrão. A intervenção do Estado era apenas fiscalizadora e isso não chegou para evitar que a empresa se fosse afundando cada vez mais. Era esta a situação da Papéis Vouga em Agosto de 1976, quando a C.T. nos dizia: «A continuarmos

«A SABOTAGEM DA EMPRESA ERA COMANDADA DE FORA PELO EX-PATRÃO»

neste sistema, os problemas agravar-se-ão e estão em jogo muitos postos de trabalho. O Governo tem que ter uma intervenção mais efectiva e encarar a integração da empresa no sector público. Esta é a medida que a maioria dos trabalhadores deseja».

Postos assim ao corrente da situação que a empresa atravessava quando da outra entrevista com a C. T., vejamos o que se passou desde então, pela voz de Joaquim Ferreira, Manuel Simões, Marques Leonel, Tomás da Silva e Américo Rocha, cinco dos novos elementos da C. T. com quem falámos.

C. T. — Pois nós dizíamos que a acção fiscalizadora do Estado não era suficiente e tínhamos razões para isso. A iniciativa de gerir a empresa estava a cargo de Augusto Couto e Fernando Lima, que levavam a empresa para a ruína, ao encontro dos interesses do ex-patrão. Era esta a única maneira de ele regressar, pois ele sabia que aqui não entrava com o apoio dos trabalhadores ou do Governo. Por isso não descançámos as nossas denúncias junto do Governo pela forma como a empresa foi intervencionada, deixada assim nas mãos de indivíduos que sempre a prejudicaram.

M. V. — Querem dizer que a má gestão era deliberada e comandada de fora pelo ex-patrão?

C. T. — Não temos quaisquer dúvidas de que assim era. Havia sabotagem deliberada e podemos dar alguns exemplos: vendiam-se caixas de papel bom ao preço do velho, as encomendas grandes eram preteridas por encomendas pequenas e os fornecedores eram autenticamente afastados, com

campanhas junto deles para que eles não nos vendessem matéria-prima. Isto para além de acções de sabotagem praticadas aqui dentro por uns poucos trabalhadores que queriam o regresso do patrão para reconquistarem privilégios perdidos.

M. V. — Entretanto, os vossos esforços junto do Governo acabaram por ser recompensados?

C. T. — Isso aconteceu em parte com um despacho de 1976 do Ministério da Indústria, que exonerava a gerência por comprovada negligência, incompetência e sabotagem.

M. V. — Querem dizer que a intervenção do Estado ainda não tomara carácter definitivo?

C. T. — O Governo apenas mudou a gerência e a situação não melhorou sensivelmente porque os novos gestores vieram a demonstrar incapacidade. Continuou-se a viver um período difícil, que só veio a acabar em Março de 1977 com a nomeação dum Comissão Administrativa pelo Governo, que assim passava a ter o papel activo na gerência e administração da empresa porque sempre lutamos.

Seria uma injustiça esquecer também o apoio que desde a primeira hora nos foi dado pelo Sindicato dos Papeleiros e que nos ajudou a mantermos acesa a vontade de lutar por este nosso objectivo.

M. V. — Começou aí finalmente a recuperação da empresa?

C. T. — Assim foi de facto. As pessoas da Comissão Administrativa são técnicos muito competentes e que além disso procuram sempre velar pelos interesses dos trabalhadores. A sua dedicação e a colaboração íntima com a C. T. deram um tal impulso à empresa que restituiram a confiança aos trabalhadores que já a começavam a perder e vieram provar a sua viabilidade económica. Os trabalhadores vêem que

A ACTUAL COMISSÃO ADMINISTRATIVA É COMPETENTE E ZELA PELOS INTERESSES DOS TRABALHADORES»

não há falta de matéria-prima, tem-se pago sempre no dia 30-31, e à tabela, começou-se a pagar os retroactivos (já foram pagos os de 73, 75 e duas das três prestações de 76) e criou-se a primeira dum série de regalias sociais com o estabelecimento dum subsídio de alimentação para todos os trabalhadores. E entretanto já se criaram cerca de 40 novos postos de trabalho.

M. V. — Mas estarão já debelados todos os efeitos nocivos das anteriores administrações e gerências?

C. T. — Isso seria impossível. Note-se que o ex-patrão deixou

dívidas no montante de cerca de 110 mil contos! Veja-se só por curiosidade que em 1973 o patrão facturou 60 mil contos e apresentou 700 de lucro. Em 1974 facturou 120 mil contos e arranhou artes (sem haver investimentos ou aumentos sensíveis de salários) para apresentar um défice de 11 mil contos. Claro que não era possível liquidar todas as dívidas em tão pouco tempo e a C. A. prevê mesmo que serão necessários 4 anos. Já se conseguiu entretanto pagar 11.200 contos da dívida do ex-patrão e começou-se agora, com base num acordo feito com a Caixa Previdência, a pagar 1.000 contos por mês de dívidas do ex-patrão, que fazia os descontos e ficava com o dinheiro. É esta a dívida que mais nos preocupa, mas também se tem pago a fornecedores.

Um outro indicador significativo é o facto de o ex-patrão, que nas melhores alturas facturava 11 mil contos por mês, quando saiu estava a facturar apenas 4 mil contos enquanto que nós agora já vamos nos 20 mil contos.

M. V. — Supomos que tudo isso terá feito desmobilizar os trabalhadores que queriam o regresso do patrão...

C. T. — Os que continuam a pensar assim são meia dúzia deles. Mas mesmo assim não desistem. Ainda quando foi da criação do subsídio de alimentação fizeram uma campanha para que isso não fosse feito, dizendo que a C.A. e a C.T. queriam arruinar a empresa. O que lhes tem valido é a C. A. ser compreensiva e pensar nas suas famílias, porque eles já preencheram todos os requisitos necessários para serem despedidos com justa causa. Fora disso, o ambiente é dos melhores e até já não são precisos plenários porque os trabalhadores põem-nos as suas questões sempre que querem e os comunicados das nossas reuniões têm bastado para que todos os trabalhadores estejam informados do que se passa na empresa.

M. V. — Lembramo-nos de nos terem dito da última vez que a integração no sector público era a solução ideal e desejada pela maioria dos trabalhadores. Essa aspiração mantém-se?

C. T. — É de facto ainda nosso desejo que essa integração no sector público se faça com independência administrativa. Sabemos que há no Governo muita gente que defende a integração e

«CONFIAMOS NA INTEGRAÇÃO NO SECTOR PÚBLICO»

por isso estamos optimistas. Aliás já o despacho do Ministério da Indústria de Agosto de 76 a preconizava. O apoio que a Comissão de Trabalhadores tem dos trabalhadores da empresa e do próprio Governo, leva-nos a

DE SEMANA A SEMANA

QUE NOS TRAZ O F.M.I.?

continuação da página 1

que tem sido preconizada pelo F.M.I. a todos os países em crise económica e com défices importantes na balança de pagamentos. Segundo o F.M.I., o que é importante, nestes casos, é fazer desaparecer a curto prazo o défice da balança de pagamentos. Para tal aconselha (leia-se: exige) nomeadamente: 1.º — a diminuição brutal das importações de mercadorias, mesmo quando se trate de produtos alimentares essenciais ou de bens necessários ao investimento produtivo (v.g. construção de novas casas); 2.º — a desvalorização da moeda; 3.º — a redução do défice do orçamento geral do Estado, através do aumento de receitas, isto é, dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e da diminuição das despesas em sectores-chave como, por exemplo, a educação (desemprego de professores, carencia de meios pedagógicos) e o investimento social (hospitais, escolas, habitação, saneamento básico, estradas, redes de transportes rurais e urbanos, etc); 4.º — medidas destinadas a impedir o crescimento da actividade económica como, por exemplo, a elevação das taxas de juro e a limitação do crédito bancário; 5.º — congelamento de salários, normalmente por períodos bastante longos; 6.º — liberalização absoluta dos preços de forma a ubirem até um novo equilíbrio entre a oferta e a procura; 7.º — desencorajamento ao consumo e incentivo à poupança.

Assim exposto o quadro da política aconselhada pelo F.M.I. o leitor já concluiu por nós — assim supomos — que afinal, a «receita» do F.M.I., em vez de resolver a crise, antes contribui para definitivamente a agravar. É este, com efeito, o resultado a que tem conduzido a adopção desta política em numerosos países em que tem sido aplicada. De tal forma que, mesmo nos E.U.A., a actuação do F. M. I. tem sido violentamente criticada. Foi o que sucedeu recentemente numa exposição feita ao Congresso dos E.U.A. pelo insuspeito economista do Massachusetts Institut of Technology, Richard Rockaus.

A interrogação que se põe é se o povo português estará na disposição de aceitar passivamente os enormes sacrifícios que lhe serão exigidos, quando se sabe que o modelo de sociedade que assim vai sendo reconstruído nada tem a ver com os seus interesses e aspirações mais profundas.

confiar que essa solução não tardará e que com ela virão as condições ideais para que sejam aproveitadas ao máximo as potencialidades da empresa. Se assim acontecer, como esperamos, será uma justa recompensa para a luta dos trabalhadores da Papéis Vouga e um bom estímulo para que não esmoreça a luta dos trabalhadores em empresas nas mesmas circunstâncias.

Ronda pela NASCENTE

UM TEATRO PARA TODOS

As actividades culturais promovidas pela Cooperativa NASCENTE têm prosseguido e, até, aumentado com regularidade. É possível porém que nem todas se tornem muito notadas, porque exigem um período de preparação por vezes muito prolongado, distante dos olhos do público. É o caso do grande trabalho desenvolvido pelo Teatro Popular de Espinho da Cooperativa Nascente, o qual acaba entretanto de estreiar uma peça virada para as crianças: «O Rei com Crista de Galo». Aproveitando este pretexto, e no desejo de levar até aos nossos leitores a imagem daquilo que vai sendo feito, começamos hoje, com uma entrevista a alguns dos elementos que criaram essa peça, a publicação de uma série de depoimentos sobre as actividades dos vários sectores do Departamento Cultural da NASCENTE. Da longa conversa que tivemos com a Idalina, a Guida, o Zé Fidalgo e o Domingos Oliveira retirámos os aspectos mais importantes, que deixamos aos nossos leitores.

M. V. — A primeira questão que gostaria de lhes pôr prende-se precisamente com a vossa decisão de fazer teatro que parece orientar-se sobretudo para as crianças. Como é que dentro do teatro Popular de Espinho (T.P.E.) surge um grupo com essa opção?

Domingos — De facto não poderá dizer-se que a actividade do TPE esteja virada para as crianças, até porque entendemos que seria um erro simplificar as coisas em termos de querer encontrar

um teatro para adultos e um teatro para crianças. Na nossa opinião o teatro é fundamentalmente para todos. «O Rei com Crista de Galo» não é exclusivamente para crianças, a nossa intenção é que a peça funcione para um número mais vasto de pessoas. Isto porque achamos que há um teatro mais propício para uma certa idade, mas não exclusivo de crianças



ou de adultos. A nossa experiência vai precisamente no sentido de conseguir um teatro total, que assuma uma forma não sectorial a sua força pedagógica. É mau que no teatro para adultos sejam segregadas as crianças, assim como o contrário também não é

a nossa intenção.

Zé Fidalgo — Allás a nossa estreia já nos deu indicações de que a peça não agrada apenas às crianças. Mas uma outra razão que motivou particularmente alguns de nós para este trabalho foi o facto de haver no T.P.E. alunos de Escolas do Magistério. Ora a nossa experiência naquela escola de formação de professores tem sido bastante frustrante, já que

após um ou dois anos de uma actividade muito voltada para o exterior, para a reflexão sobre os problemas reais que o futuro professor teria de enfrentar, se regressou outra vez aos conhecimentos teóricos, desligados da realidade, num trabalho cada vez mais individual e competitivo, sem experimentar com as crianças. Por isso, é para nós muito importante procurar fora da escola tudo aquilo que nos permita o contacto com experiências que nos ajudem futuramente na nossa profissão.

M. V. — De tudo o que têm dito se depreende que perseguem objectivos diversificados...

Guida — Queremos sensibilizar as crianças para certos aspectos pelo que pretendemos que o nosso trabalho funcione em vários planos: lúdico de diversão de prazer, lógico, estético, social, etc. E quando falamos em social referimo-nos a valores humanos como a solidariedade, a alegria, a felicidade... Não é nossa intenção colonizar a criança.

Domingos — Aliás, o nosso teatro não é educativo em termos voluntariamente assumidos por nós como tal. A experiência começa por ser pedagógica para nós e também para quem nos vê. Assim estaremos educando-nos e, eventualmente, educando.

M. V. — De acordo com todos os pontos que referiram é natural que tenham optado por processos de trabalho diferentes do habitual. Querirão referir-se a isso?

Zé Fidalgo — Fizemos um trabalho de dramaturgia para montagem da peça a partir de textos e desenhos elaborados por crianças da escola de Coveiros (Grijó), alunos da 2.ª fase. Isto deu-nos uma base para a montagem do texto, e permitiu um bom trabalho de grupo, incentivando a criatividade dos actores, a ponto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

— Uma declaração e algumas propostas

Sob a presidência de Madureira Gil, do PS, por ausência de Ave-lino Zenha, reuniu na passada sexta-feira a Assembleia Municipal, na presença de meia dúzia de pessoas espalhadas pelas muitas cadeiras existentes que esperaram em vão o interesse dos cidadãos do concelho.

A sessão, como que para responder ao alheamento das pessoas, decorreu mole e arrastada, sem a vivacidade que tem caracterizado algumas reuniões. A discussão das propostas sobre habitação apresentadas pela FEPU em sessão anterior e que constituíram, em princípio, o ponto forte da reunião, processou-se sem grande convicção, como que para cumprir calendário. Foi aprovada pela Assembleia uma proposta apresentada pelo PS que, chamando a atenção para legislação recentemente aprovada na Assembleia da República sobre o assunto, sugeria que a proposta apresentada pela FEPU sobre a criação dos Serviços Municipais de Habitação ficasse a aguardar uma melhor oportunidade para a sua discussão.

Quanto à proposta da FEPU que previa a introdução nos alvarás de urbanização de uma cláusula que obrigue os promotores à construção de 10% dos fogos em regime de renda limitada, surgiram dúvidas acerca da possibilidade legal de a Câmara tomar tal medida, tendo sido sugerido que os representantes da FEPU façam uma nova redacção da proposta, que voltará a ser analisada em sessão próxima.

Ultrapassada a fase de discussão dessas propostas, a Assembleia tomou posição sobre a aquisição pela Câmara das instalações do velho Colégio de S. Luís (hoje ao serviço do Ciclo Preparatório). Apenas com uma abstenção, foi aprovada a compra. Igualmente foi aprovada uma alteração ao Regulamento da feira semanal, tendo sido decidido por unanimidade que seja expressamente permitida a venda de carnes verdes na feira (assunto a que «Maré Viva» se referiu semanas atrás). Foram ainda aprovados, também por unanimidade, dois aditamentos ao mesmo Regulamento, um respeitante à carga e descarga de peixe na rua 27 e outro à protecção de árvores e arbustos.

NOTA — No início da sessão foi lida uma declaração do PS em que se criticava a reportagem publicada neste jornal sobre a Assembleia Municipal realizada em 30-9-77. É evidente que o PS está no direito de fazer todas as declarações que entender, mesmo que sejam apenas redundantes, se percam em especulações marginais e não contrariem o fundamental da reportagem que fizemos, ou seja: a citada Assembleia de 30 de Setembro, e não todo o trabalho até agora desen-

GAZETILHA

Tratar de defuntos... e vivos

Vão-se enchendo os cemitérios,
Cada dia há mais «tutentes»;
— Mas também aos batistérios
Acorrem mais «inocentes».

É a Saudade afligida
Que engendra o lucro dos «hortos»:
Flores que alegam a Vida,
Lançam-se em preito dos mortos.

Hoje há luzes às centenas
No campo santo em vergéis;
Mas trevas virão, e penas,
Mal passe o dia dos «Fiéis».

Há tantos que padeceram
Dentro de si, bem no fundo!
Felizes os que morreram,
Não sofrem mais este mundo!

Que de fereza em contrastes
Que dão tratos de polé!
De pegar um toiro em hastes
Ou remar contra a maré!

Mais vale a gente «Ir na onda»,
Deixar correr o marfim,
Porque á força, quem responda,
Só com força topa o fim...

E este fim, ninguém se esqueça,
É «o fim da macacada»...
É chegar-se mais depressa
À «terra, pó, cinza e nada»...

Alberto Barbosa (BEKA)

continua na página 6

continua na página 6

UM TEATRO PARA TODOS

a peça ter ideias trazidas por todos.

Domingos — E esse tipo de trabalho foi importante para o próprio T.P.E. que se viu enriquecido com elementos que não tinham ainda experiência como actores e que com este trabalho se revelaram com grande capacidade, estando agora aptos para outras encenações.

M. V. — Como é, infelizmente, habitual nestas coisas, o vosso trabalho deve ter deparado com muitas dificuldades...

Guida — Sim, e foram dificuldades de toda a ordem: económicas, técnicas, de instalações, etc.

Idalina — A cenografia, por exemplo, não pôde ser melhor pelas dificuldades económicas que tivemos de enfrentar. Houve várias propostas que tiveram de ser abandonadas por falta de dinheiro. Assim, podemos dizer que o espectáculo teria atingido uma qualidade plástica e técnica maior se dispuséssemos de outros meios económicos.

Domingos — Basta dizer, por exemplo, que a peça foi prevista para funcionar num espaço mínimo de 4x4 metros e tivemos de a

montar numa sala, onde tínhamos de ter tudo amontoado, e que não tinha sequer essas dimensões.

Zé Fidalgo — É claro que isso se reflecte agora em deficiências que tentaremos ultrapassar, mas que não teriam surgido se tivéssemos outras condições. Muitas coisas ficariam assim longe do que nós pretendíamos.

M. V. — Todas as dificuldades referidas, e outras mais que certamente existirão, costumam ter, em grupos como o vosso, efeito ao contrário, isto é, em vez de desmoralizarem, acabam por espicaçar para novas tarefas. Que perspectivas de actuação se põem para vós neste momento?

Domingos — A metodologia de trabalho do T.P.E. continua a ser experimental, procurando ajustar-se às nossas necessidades. Como agora o T.P.E. tem um grande número de elementos, o que permitiria até fazer encenações que só não se concretizam por falta de recursos e de instalações, optámos por fazer encenações a cargo de pequenos grupos de actores que se formam em dado momento

continuação da página 5

em face de motivações concretas de trabalho.

Guida — Mas com esta peça o nosso trabalho vai continuar. Queremos verificar até que ponto os nossos objectivos ao fazer a peça serão atingidos. Para isso tencionamos ter um contacto muito directo com as crianças, até para melhorar o nosso trabalho.

Domingos — Além disso, está previsto fazer-se um estudo sobre o resultado dos espectáculos, que será, afinal, o balanço do nosso trabalho.

Sete actores, um coordenador, (**Domingos Oliveira**), um técnico de luz, outro de som e uma pequena multidão de pessoas que deram ajudas pequenas mas preciosas. Uma despesa de montagem da ordem dos 4 ou 5 contos, «com autêntica acrobacia pelo meio». «O Rei Com Crista de Galo» já anda por aí. Para entusiasmo de quem o fez, de quem o refaz e nele participa ao vê-lo. Para prova de que o T.P.E. está para durar e dar que falar. Para mostrar que na NASCENTE, mesmo com dificuldades, se crê para se poder ver.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuação da página 5

volvido por aquele órgão, conforme saía claro no que então se publicou, esteve longe de correr da maneira mais útil para os interesses do concelho, sobretudo se atendermos à ordem de trabalhos prevista para discussão, a qual teria exigido de todos os elementos da Assembleia uma outra preparação prévia e vontade para a abordarem.

A MODELAR

OPTICA — RELOJOARIA
OURIVESARIA — OFICINAS
Rua 16 — Mercado Municipal
ESPINHO

VIVENDA — VENDE-SE

EM ESPINHO — RUA 4 N.º 832
FALAR NO MESMO ENDEREÇO
OU PELO TELEFONE 921494

QUARTOS

ALUGAM-SE, EM PRÉDIO NOVO, NA RUA 7,
MOBILADOS, AO MÊS

Informa Telef. 921358 ou na Rua 11 n.º 545

PNEUS CAR

Centro de venda de pneus nacionais e estrangeiros
e assistência técnica

NÃO ESQUEÇA PNEUS CAR!

Rua 18 n.º 1010

ESPINHO

Talho e Charcutaria CENTRAL

Servir bem — Boas carnes

Rua 15 n.º 268 - ESPINHO

FONSECA

TECIDOS — MODAS

Rua 19 n.º 275 - Tel. 920413

ESPINHO

TELE-ROCHA

Electrodomésticos — Rádio e TV — Sonapgás
Instalações Eléctricas — Canalizações — Móveis e Decorações
Assistência Técnica em todo o material

Estabelecimentos: Rua 18 n.º 988 — Rua 31 n.º 469
Oficina: Rua 31 n.º 414 — Armazém: Rua 16 n.º 1005
Telefs. 920977 e 920325 — ESPINHO

Reparações em instalações eléctricas
e em todos os electrodomésticos

ELECTRO PRONTO

MIRANDA & LEITE, LDA.

Venda de todo o material electrodoméstico e de baixa tensão
Rua 18 n.º 955 Telef. 923259 ESPINHO

Stand SERZEDENSE

António Martins da Silva

Assistência Total

Agente: SACHS SIS — EFS

Tel. 9620675 — SERZEDO

V. N. DE GAIA

VENDE-SE

Jazigo com 3 sepulturas no
Cemitério de Espinho

Tratar:

Rogério Casal Ribeiro

Rua 22 n.º 192



FÁBRICA DA BRASILEIRA

Ramiro de Sá Couto, L. da

Caixas de Cartão Canelado

Papéis - Embalagens - Artes Gráficas

Telefone 967101 Apartado 11 S. Paio de Oleiros



Pá velha

Confeitaria * Charcutaria

Especializada em **caladinhos - raivinhas - fogaças** (fabrico diário)

Angulo das ruas 23 e 20 - Tel. 922514 - ESPINHO

VISTA OS SEUS FILHOS
NA

BOUTIQUE MI

Rua 62 n.º 113 - ESPINHO

LIMA BASTOS ADVOGADO

Escritório:
Largo de Camões — Telefone 96281
VILA DA FEIRA
Residência:
Av. 24 n.º 245 - 1.º — Tel. 922904
ESPINHO

UMA JOGADA DECISIVA PARA O DESPORTO EM ANTA

Ao falarmos, ao reflectirmos sobre desporto em Espinho não nos podemos restringir àquilo que se pratica na cidade, àquilo que imana da actividade dos seus clubes, o Sporting, a Académica e o Académico, àquilo que atrai público, que emociona adeptos. Para que uma reflexão seja o mais possível completa teremos que nos referir às freguesias, ao desporto anónimo, praticado por um punhado de indivíduos, agrupados em colectividades, em princípio pequenas, sem estruturas, sem a necessária base económica, sem instalações, mas que não desistem e que arranjam sempre um pretexto, nem que seja o futebol, organizando torneios populares, confraternizando à volta duma bola, em improvisados rectângulos, dando largas à natural ansia

de praticar desporto. Alguns até têm conseguido dinamizar as populações, principalmente as crianças e os jovens, como é o caso do Clube Recreativo de Paramos, que desenvolveu, neste sentido um trabalho bastante válido.

Também em Anta o desporto tem sido motivo para a formação de vários grupos, que apoiados na prática do futebol, lá vêm chamando a si adeptos que vão dando corpo, vão transformando em realidade o tímido sonho de alguns. Mas, as estruturas a nível nacional não existem, ameaçando a morte prematura destas tentativas, que resistem à custa de muitas dificuldades, sem recintos, sem material, sem apoios efectivos, apoiado apenas na vontade de prosseguir. Por outro lado, continua a haver uma mentalidade de bairrista, clubista, cada um puxa a brasa para a sua sardinha, cada um preocupa-se com a glória, a fama para o seu clube, ignorando que outras querem também praticar desporto, querem concretizar um direito natural. E assim, desligados, cada um para

seu lado, esbracejando contra as inúmeras dificuldades, pouco ou nada conseguem, continuando a caminhar para o rápido fim dos seus sonhos. Todavia unidos, conjugadas as forças, eliminadas as rivalidades fúteis, vão-se dando alguns passos em frente.

Deste modo conseguiram os diversos grupos existentes em Anta que a Câmara Municipal de Espinho lhes desse facilidades para a construção dum campo de futebol e duma rudimentar pista de atletismo num terreno situado no lugar de Cassufas. Campo este, que irá servir todos os clubes populares da freguesia, permitir que dezenas e dezenas de jovens dêem os seus primeiros passos na prática desportiva. Para já o futebol, modalidade que motiva mais rapidamente os jovens à sua prática, mas não será aqui que os grupos de Anta querem parar. A prática de outras modalidades, a possibilidade de construção dum recinto desportivo fechado, estará nos seus planos. E é nesta vontade de praticar outras modalidades, por exemplo o volei-



DESSPORTO

bol e o basquetebol, que os baluartes da prática desportiva em Espinho, a Académica e o Sporting, terão uma importante palavra a dar, realizando sessões de dinamização, nesta e nas outras freguesias, enviando os seus atletas mais destacados para motivarem os outros jovens à sua prática. Com boa vontade tudo será possível!



ANDEBOL

Campeonato Reg. da 1.ª Divisão

CDUP, 16 — S. C. E., 10

Campeonato Regional Juniores

S. C. E., 23 — Argonautas, 10

Campeonato Regional Juvenis

S. C. E., 10 — Figueirense, 19



VOLEIBOL

Campeonato Reg. da 1.ª Divisão

Masculinos:

S. C. E., 3 — Carvalhos, 1

Femininos:

A.A.E., 3 — A.A.S. Mamede, 1

Campeonato Regional Juvenis

A.A.E., 3 — Casa Povo Feira, 0

Campeonato Regional Iniciados

S.C.E. (A), 3 — S.C.E. (B), 2

Torneio de Juniores Femininos

S. C. E., 3 — Nun'Alvares, 0

Nun'Alvares, 1 — S. C. E., 3

FUTEBOL

S. C. ESPINHO, 4 ACADÉMICO, 1

TRANQUILA, TRANQUILAMENTE...



Isso de já se terem ganho os três primeiros jogos em casa não era garantia de coisa nenhuma. Aconteceu o mesmo na estreia do Espinho na I Divisão e veja-se qual foi o fim da história. Este ano estava a ser uma cópia perfeita e era caso para se pensar na coincidência. Por isso, e por razões mais fortes, era preciso ganhar o quarto desafio no Avenida. Eram mais dois pontinhos e ia-se embora a superstição.

Saiu na rifa o Académico de Coimbra. Uma equipa que vinha a levar no corpo como gente grande mas de quem já diziam coisas e loisas desde que fez os dois primeiros pontos no Calhabé, contra o Boavista: «É o início da recuperação» e «Não se percebe como este Académico está tão mal classificado». Coisas que geralmente se dizem das equipas mais ou menos «simpáticas» que não conseguem passar disso. Pois repunhamos a verdade. A avaliar pelo jogo de domingo, a equipa de Juca está muito bem onde está.

É que os profissionais de Coimbra, a quem alguns teimam em chamar de «estudantes» e ninguém já chama de «capas negras», formaram uma equipa surpreendentemente frágil, dominada por um Espinho que nem precisou suar muito para construir o resultado.

Com um ataque e meio campo estilo «futebol de salão», onde só Costa parece capaz de fazer coisas e uma defesa de vidro à frente do Marrafa que faz o que pode, a sorte do Académico no campeonato começa a estar desenhada. Lá atrás os laterais (Brasfemes e Paulo Costa) ainda iam dando conta do recado. Mas no meio, José Freixo e Belo, formaram uma

dupla de centrais que falhava nove de cada dez intervenções.

Reis, Canavarro e Mória, em tarde mais inspirada, podiam ter entrado mais a sério no concurso da «Bola de Prata» e mesmo no meio campo, muito cheio de visitantes, João Carlos, Acácio e Manuel José jogaram com a vontade pelo solo, que se pensava ser feudo dos acadêmicos. Aqui a meio só Gervásio ia pondo ordem na casa, porque nem Rogério, nem Camilo acertavam e muito menos Gregório que se via e desejava para ajudar Brasfemes a parar Canavarro e Amaral. Amaral que jogou aqui mais do que em todos os outros jogos juntos e que aproveitou bem o descanso que lhe deram lá atrás. O mesmo não aconteceu a Coelho, que teve de se haver com os bons pés e o mau génio de Costa. Gonçalves, melhor do que Raul falhavam de vez em quando, mas tinham tempo de emendar tudo porque Joaquim Rocha andava por ali muito sozinho.

O primeiro golo de Reis, marcado ali nas barbas dos centrais na meia hora e depois o de Canavarro a dois minutos do intervalo já eram suficientes para resolver a questão. Mas veio o caso do jogo e o golo do Académico da marcação de um canto, logo a seguir. Não vimos a falta, mas avaliar pelos protestos de Gaspar (que de resto esteve impecável) ali houve coisa. Foi o suficiente para garantir o mínimo de interesse à segunda parte e para o fiscal da bancada ouvir alguns piropos.

Mas a incerteza foi sol de pouca dura. Mória fez o 3.1 e quando o Espinho já parecia não querer marcar mais golos veio o quarto em circunstâncias pouco normais,

mas que definem uma defesa. Gaspar, com vento a favor, despatchou, a bola bateu no solo e os centrais fizeram-se ao lance como de costume. A bola passou-lhes por cima e Canavarro, guardado por Brasfemes a uma distância «prudente», ajeltou e fuzilou.

Antes de acabar só falta dizer que Zezinho ainda fez gosto ao pé no lugar de Mória e que também veio a entrar Carvalho, a última aquisição, que ainda tem quilos a mais para que se possa dizer muito mais do que isso mesmo: de que tem quilos a mais.

CLASSIFICAÇÃO

	J.	V.	E.	D.	F.	C.	P.
Benfica	7	5	2	0	12.3	12	
Guimarães	7	5	0	2	11.5	10	
F.C. Porto	6	4	1	1	14.3	9	
Sporting	7	4	1	2	21.8	9	
Belenenses	7	4	1	2	7.5	9	
Espinho	7	4	1	2	11.9	9	
Braga	7	4	1	2	8.7	9	
Setúbal	7	4	0	3	9.9	8	
R'opele	7	2	2	3	4.8	6	
Varzim	7	3	0	4	9.9	6	
Boavista	7	2	2	3	9.12	6	
Marítimo	6	2	2	2	8.6	6	
Estoril	7	1	3	3	6.10	5	
Feirense	7	1	1	5	7.19	3	
Académico	7	1	0	6	6.19	2	
Portimonense	7	0	1	6	4.14	1	

RESTAURANTE KATKERO

R. 15 n.º 270 — Tel. 922856

ESPINHO

Um local aprazível, um serviço esmerado

Serviço de Restaurante e Banquetes

MARTE VIVA

O COLONIALISMO

Colonialismo e imperialismo

BREVE INTRODUÇÃO

Na busca de matérias-primas, sob o lema «dilatara império e a fé», Portugal lançou-se ao mar, na época de quinhentos.

Aproveitando a sua situação geográfica, beneficiando dos estudos de D. Henrique constantemente enclausurado na sua cela de Infante, suscitado pela rivalidade com a Espanha sua vizinha e moralizado pelas vitórias políticas obtidas desde o reinado de D. João I, Portugal chegou às costas de África, às Américas e às Índias, e atingiu o fulgor.

Era a consolidação do Império. Bem cedo manuseou Portugal os destinos dos povos nativos. Uma nova escravatura surgia, uma nova doutrinação, fizeram de Portugal, na época, o «grande senhor» da Europa necessitada cada vez mais de novas forças e de novos investimentos que, só por si, era incapaz de produzir.

A história do colonialismo português é bem simples, como bem simples é a história de todos os colonialismos.

UM EXEMPLO CONCRETO

Era assim nos tempos da dominação portuguesa:

«Na fábrica Cuca, por exemplo, segundo informações prestadas pelo «comité» de greve, apenas 20% do pessoal é branco e, como em quase todas as empresas, esses brancos ocupam lugares de chefia. Trabalham ali cerca de 500 empregados, mas a maioria tem a categoria de «eventual» e encontra-se classificado como «servente», não obstante muitos deles terem mais de 10 anos de casa. Quando um branco se apresentava a pedir trabalho raramente era designado para as categorias inferiores. Sucedia muitas vezes o trabalhador branco pouco mais do que analfabeto receber instrução de um trabalhador negro com o 1.º ciclo que o habilitava a desempenhar um posto hierarquicamente superior, enquanto o instrutor permanecia no mesmo posto subalterno».

UMA CITAÇÃO

«(...) Devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a protecção às raças inferiores cujo acolhimento na nossa civilização cristã constituiu uma das concepções mais corajosas e mais altas da colonização portuguesa». — SA-LAZAR

RACISMO ? ! QUAL QUÊ !...

Em nome de um progresso sucessivamente adiado, em nome da fé cristã sucessivamente desvirtuada, Portugal «deu novos mundos ao mundo» mas sempre lhes soube arrecadar os dividendos...

O imperialismo acaba onde um povo começa

A História é cíclica. Grandes Impérios se constroem e grandes Impérios são derubados.

Porque os Impérios se constroem à custa da exploração do seu povo, do chicote repressivo que tenta submetê-lo aos designios de quem o considera propriedade sua.

E os Impérios só duram enquanto os povos não começam. Os Impérios mantêm-se enquanto os povos não se organizam. E os povos lutam sempre pelos seus direitos. Inexoravelmente.

Daí que os Impérios não durem senão efemeramente.

Porque não é efémera a luta dos povos.

A luta dos povos africanos consolidada após 500 anos, destruiu o Império português. E abalou mais ainda o Imperialismo internacional.

Os movimentos de libertação

«África é dos africanos, já chega quinhentos anos».

Os movimentos de libertação são os povos que acordam. São o fim da exploração, do oportunismo, da miséria e do subdesenvolvimento.

Desde 1961, o MPLA, a FRELIMO, o PAIGC ou o MLSTP foram a aurora nascente para a dignificação do solo, da cultura, das gentes que Portugal desviou do seu destino histórico.

Os movimentos de libertação de Angola, de Moçambique, da Guiné e Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe, destruíram em 13 anos o que um falso paternalismo demorara a construir em 5 séculos.

Como são frágeis as bases do colonialismo!

Dois anos após 11 de Novembro de 1975, data da independência de Angola, os povos-irmãos de África seguem o seu passo triunfante.

E a sua libertação é também a nossa! Porque, como eles, detestamos a hipocrisia, a corrupção, o ódio e o sangue. Como eles defendemos o perene direito ao internacionalismo gerido pela fraternidade da independência, da paz, dos direitos assumidos livremente. Do internacionalismo proletário.

«Dia 10 de Novembro de 1975. Os portugueses levantam em Angola a âncora lançada há 492 anos pela primeira vez. Um velho barco da Marinha mercante portuguesa, envelhecido de tantas viagens com «contingentes militares», lança o último apito na baía de Luanda. A meia-noite, todas as bandeiras verde-encarnadas descem dos mastros nos edifícios públicos».

DOIS CONCEITOS

COLONIALISMO

«As relações coloniais constituem a forma mais clara e directa da ligação entre a dependência económica e a dependência política. A colónia não constitui um país independente, é antes uma possessão onde o país colonizador impõe instituições económicas e políticas cuja finalidade primordial é servir de base à exploração das riquezas naturais e à exploração da força de trabalho das populações locais.

A imposição do domínio político da metrópole colonizadora e a criação da administração colonial local foram precedidas por companhias militares de conquista de territórios e submissão das populações, como foi o caso, por exemplo, da colonização portuguesa em África».

NEOCOLONIALISMO

«(...) a grande maioria dos países do Terceiro Mundo é independente politicamente desde a primeira metade do século XIX. Mas esta independência é puramente formal. Por detrás desta situação de aparente independência esconde-se uma dominação política que surge e se mantém através da dependência económica face ao imperialismo. Esta dominação toma formas menos directas que nos países coloniais, mas é igualmente efectiva e, quando as condições o exigem, manifesta-se directamente sem necessidade de simulação. Ela vai desde as simples concessões económicas que o capital estrangeiro obtém através da sua influência nos governos dos países até à invasão por tropas norte-americanas, quando os povos obtêm vitórias na sua luta pela verdadeira independência».



3. «Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa».

(Art.º 7.º da Constituição da República Portuguesa)



Ilidio Martins da Silva
R: 33 -Bº Moderno-Espinho

PORTE
PAGO

9